

Como negociar dívida ainda é dúvida

Galvêas afirma que renegociação só será definida a partir do dia 5

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que o Governo ainda não sabe se vai apresentar aos credores no início do próximo mês, em Nova Iorque, uma proposta de renegociação da dívida apenas de 1985 ou de todo o período que vai até 1990. A reunião com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores ainda não foi convocada — explicou — embora em princípio continue valendo a data do próximo dia cinco, quando os banqueiros começarão a discutir apenas com o presidente e o diretor da Área Externa do Banco Central, Affonso Pastore e José Carlos Madeira Serrano, respectivamente.

Galvêas afastou a versão de que o Brasil poderia estar enfrentando novas resistências dos banqueiros, reafirmando que todas

as indicações que tem recebido são favoráveis. Ele acha também que não existe nenhum motivo para que as taxas internacionais de juros, que estão com tendência declinante, possam voltar a subir imediatamente após as eleições norte-americanas, no próximo dia seis. "As indicações são no sentido que a tendência de redução das taxas deve se manter" — observou. Sobre a proposta brasileira de renegociação plurianual ou de apenas um ano, o ministro mantém a posição de só abrir o jogo após o início das conversações com os credores.

Informou que os estudos ainda em preparação não definiram se a proposta a ser apresentada aos banqueiros privados será semelhante — em termos de números de anos envolvidos — àquela que

o Brasil terá que fazer também no Clube de Paris, onde será discutida a dívida externa que tem garantia dos governos dos países industrializados. Admitiu também que um eventual esquema plurianual com os bancos internacionais não significa que o mesmo será obtido junto aos organismos multilaterais — como o Banco Mundial. Galvêas desmentiu ainda que esteja pensando em isentar do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) as importações feitas sob amparo da linha de crédito comercial do Eximbank, no valor de US\$ 1,5 bilhão, que está sem tomadores por causa dos elevados custos. "Estamos trabalhando para reduzir os custos financeiros desta linha, só isso, e não se pensa em alterar o IOF", disse Galvêas.